

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, dando cumprimento às disposições legais e em conformidade com o Estatuto Social, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, sendo a referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
ATIVO	2012	2011
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	174.475	168.091
Tributos a recuperar (Nota 6)	11.853	7.204
Adiantamentos a funcionários	38	30
Despesas antecipadas (Nota 7)	19.952	40.520
	206.318	215.845
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	340.712	58.186
Depósitos judiciais	19	19
	340.731	58.205
Imobilizado (Nota 9)	1.266.910	552.299
Intangível (Nota 10)	2.755	3.622
Diferido (Nota 2.6)	25.212	25.212
	1.635.608	639.338
Total do ativo	1.841.926	855.183

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)							
Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro	Prejuízos acumulados	Total			
	de capital	de lucro					
Em 31 de dezembro de 2010	74.034	350.258	58.186	1.493	28.375	-	512.346
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(4.785)	(4.785)
Destinação do lucro	-	-	-	-	(4.785)	4.785	-
Em 31 de dezembro de 2011	74.034	350.258	58.186	1.493	23.590	-	507.561
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(19.504)	(19.504)
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	-	(19.504)	(19.504)
Benefício tributário do ágio decorrente da incorporação reversa da OTPP (Nota 8)	-	-	278.631	-	-	-	278.631
Em 31 de dezembro de 2012	74.034	350.258	336.817	1.493	4.086	-	766.688

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A EMBRAPORT - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. ("EMBRAPORT" ou "Companhia"), com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, tem por objeto social o desenvolvimento do projeto, a construção e a exploração de terminais portuários e ou retro-portuários no Município de Santos e na sua área de influência. A Companhia encontra-se atualmente em fase pré-operacional, concentrando suas atividades na construção das instalações do empreendimento. O início das operações da Companhia está previsto para abril de 2013. Em 4 de agosto de 2006, a Companhia obteve a licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a implantação do terminal portuário no município de Santos, Estado de São Paulo. A licença de instalação, a qual era válida pelo período de 5 (cinco) anos, teve sua renovação em 4 de agosto de 2012 com validade de um ano até 4 de agosto de 2013. As obras foram iniciadas em fevereiro de 2007 e incluem o desenvolvimento do projeto executivo do terminal portuário. Adicionalmente, a Companhia contratou a CNO - Construtora Norberto Odebrecht S.A. (parte relacionada), para a execução das obras do terminal portuário. Em 31 de dezembro de 2012, as obras da 1ª fase estavam com 91,00% (não auditado) do seu cronograma físico concluídas. Em 22 de agosto de 2011, o acionista OTPP adquiriu o montante de 24.678.045 ações, a valor de mercado, que pertencia ao acionista FI-FGTIS mediante a integralização do montante de R\$ 596.500. Com isso, a OTPP adquiriu o controle da EMBRAPORT passando a deter 57,82% do capital da EMBRAPORT. Em 18 de novembro de 2011, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento - BID no valor de US\$ 430.000 mil, sendo US\$ 100.000 mil, denominado "A Loan" com data de vencimento final para 2026 e US\$ 330.000 mil, denominado "B Loan" com data de vencimento final para 2023. Até 31 de dezembro de 2012, houve duas liberações, uma em 29 de março de 2012 no valor de US\$ 186.054 mil e outra em 09 de novembro de 2012 no valor de US\$ 62.336 mil. Em 26 de setembro de 2011, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal contrato de abertura de crédito para financiamento mediante repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 633.435, com carência de 40 meses e prazo de amortização de 140 meses a partir do final da carência. Até 31 de dezembro de 2012, houve três liberações no valor total de R\$ 493.954, referente a este financiamento. Em 21 de dezembro de 2012 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da controladora OTPP composta, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido no montante de R\$ 336.817 foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio. Em 27 de dezembro de 2012, a empresa Hostens Holdings S.A. exerceu a opção de compra de 9.083.063 ações representativas de 12,27% do capital social da EMBRAPORT detidas pela Cia. Importadora e Exportadora Coimex, conforme contrato de Opção de Compra e Venda, datado de 28 de agosto de 2009. A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 19 de fevereiro de 2013.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Companhia não possui outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Desta forma, as demonstrações do resultado abrangente não estão sendo apresentadas naqueles períodos. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros: 2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurado ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa". **2.4. Imobilizado:** Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.7). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.5. Intangível:** Registrados ao custo de aquisição ou formação. A amortização da licença de instalação para construção do terminal portuário é registrada de acordo com o andamento das obras de instalação do terminal portuário. **2.6. Diferido:** O ativo diferido refere-se, em sua maioria, às despesas pré-operacionais relacionadas a gastos com a obra de construção do terminal portuário incorridas até 31 de dezembro de 2008. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização, provisão para redução do valor recuperável, ou baixa contra o resultado. **2.7. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. No exercício não foram identificados indicativos de impairment. **2.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.9. Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Em decorrência da Companhia possuir ativos em construção os encargos financeiros são capitalizados no ativo imobilizado, totalizando R\$ 140.264 no exercício, líquidos dos rendimentos de aplicação financeira. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações

	2012	2011
Total dos financiamentos (Nota 11)	1.008.173	319.908
Total dos instrumentos financeiros (Nota 12 (iii))	52.604	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(174.475)	(168.091)
Dívida líquida	886.301	151.817
Total do patrimônio líquido	766.688	507.561
Total do capital	1.652.989	659.378
Índice de alavancagem financeira - %	54	23
5. Caixa e equivalentes de caixa	2012	2011
Caixa e bancos	47	33.630
Aplicações financeiras	174.428	124.461
	174.475	168.091
6. Tributos a recuperar	2012	2011
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	11.752	7.152
COFINS	83	43
PIS	18	9
	11.853	7.204
7. Despesas antecipadas	2012	2011
Custos com financiamentos (i)	15.944	35.600
Seguros	3.974	4.887
Outras	34	33
	19.952	40.520

(i) Refere-se a valores pagos com consultoria jurídica e financeira e honorários para instituições financeiras por conta do financiamento com o BID. Estes valores são reclassificados para a rubrica de financiamentos à medida do efetivo recebimento dos recursos. **8. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem: **(a)** De acordo com a Resolução CFC nº 1.189/09 e NPC 25, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu o crédito tributário sobre o benefício fiscal do ágio incorporado de forma reversa de sua até então Controladora, Coimex Investimentos Portuários S.A. - (CIP). **(b)** De acordo com as práticas contábeis já previstas na

	2012	2011
Total dos instrumentos financeiros	52.604	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(174.475)	(168.091)
Dívida líquida	886.301	151.817
Total do patrimônio líquido	766.688	507.561
Total do capital	1.652.989	659.378
Índice de alavancagem financeira - %	54	23
5. Caixa e equivalentes de caixa	2012	2011
Caixa e bancos	47	33.630
Aplicações financeiras	174.428	124.461
	174.475	168.091
6. Tributos a recuperar	2012	2011
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	11.752	7.152
COFINS	83	43
PIS	18	9
	11.853	7.204
7. Despesas antecipadas	2012	2011
Custos com financiamentos (i)	15.944	35.600
Seguros	3.974	4.887
Outras	34	33
	19.952	40.520

adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção

O Conselho de Administração

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

EMBRAPORT - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da EMBRAPORT - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro		
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2012	2011
Despesas administrativas	(28.123)	(12.711)
Honorários da administração	(1.056)	(108)
Prejuízo operacional	(29.179)	(12.819)
Receitas financeiras	629	9.193
Despesas financeiras	(1.001)	(3.570)
Recursos (despesas) financeiras, líquidas (Nota 15)	(372)	5.623
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.551)	(7.196)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	10.047	2.411
Prejuízo do exercício	(19.504)	(4.785)
Prejuízo básico por ação no fim do exercício (em R\$)	(0,263)	(0,065)
Instrução CVM nº 319/99, com a redação dada pela Instrução CVM nº 349/01, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu o crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora "OTPP", nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável "OTPP".		
(e) Ágio por expectativa de rentabilidade futura - (a) e (b)		990.639
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido - (a) e (b)		(653.822)
Total do benefício fiscal - (a) e (b)		336.817
A Companhia optou por adotar os preceitos das Instruções CVM nº 319 e nº 349, apresentando o valor dos ágios deduzidos de "Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido". A Companhia constituiu essa provisão no montante da diferença entre o valor dos ágios e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que os ágios vão sendo amortizados, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que os ágios são amortizados, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.		
(d) Provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (Passivo)		8.564
Despesas pré-operacionais (diferido) - 2011		7.091
Imposto de renda diferido 25%		1.773
Contribuição social diferido 9%		638
		2.411
		6.153
Prejuízo Fiscal - 2012		29.551
Imposto de renda diferido 25%		7.387
Contribuição social diferido 9%		2.660
		10.047
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (Ativo)		3.894
(f) Projeção para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:		
2014		53.165
2015		54.689
2016		39.417
2017		31.969
2018		33.682
2019		33.682
2020		33.682
2021		33.682
2022		26.744
		340.712

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)							
Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro	Prejuízos acumulados	Total			
	de capital	de lucro					
Em 31 de dezembro de 2010	74.034	350.258	58.186	1.493	28.375	-	512.346
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(4.785)	(4.785)
Destinação do lucro	-	-	-	-	(4.785)	4.785	-
Em 31 de dezembro de 2011	74.034	350.258	58.186	1.493	23.590	-	507.561
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(19.504)	(19.504)
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	-	(19.504)	(19.504)
Benefício tributário do ágio decorrente da incorporação reversa da OTPP (Nota 8)	-	-	278.631	-	-	-	278.631
Em 31 de dezembro de 2012	74.034	350.258	336.817	1.493	4.086	-	766.688

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **2.11. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 8). **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** A fase pré-operacional da EMBRAPORT não traz exposições a riscos financeiros relevantes, além das advindas do financiamento de longo prazo contratado junto a Caixa Econômica Federal (CEF) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e suas ações complementares, como a administração do endividamento e do caixa de forma integrada. O risco de liquidez é equacionado, uma vez que a Companhia terá desembolsos futuros em linha com os seus fluxos de pagamentos. Esta sistemática minimiza potenciais efeitos adversos da economia, bem como eventuais desvios nesta fase do projeto. **(a) Risco de mercado: (i) Risco de moeda ou variação cambial:** As operações financeiras contratadas para financiamento dos investimentos são denominadas em moeda estrangeira. Portanto o valor recebido pelo BID pode não ser suficiente para reembolsar os compromissos contratados ou líquidos em reais (Nota 12); e **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O empréstimo do BID em moeda estrangeira possui risco vinculado à variação das taxas de juros flutuantes internacionais (Libor). Portanto, o valor da dívida pode variar adversamente à Companhia em caso de aumento da taxa Libor (Nota 12). O Empréstimo contratado junto a Caixa Econômica Federal (CEF) foi tomado em taxas de juros de longo prazo (TJLP) onde não há diferenças entre o valor atual e o valor justo do financiamento. As aplicações financeiras da EMBRAPORT têm liquidez diária atrelada à variação do CDI, minimizando a variação do valor contábil e do valor justo. **(iii) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada de acordo com as necessidades futuras do projeto pelo departamento de Finanças em conjunto com a Engenharia. Estes departamentos monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da EMBRAPORT para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia investe o excedente de caixa em depósitos de curto prazo, buscando instrumentos com liquidez diária. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim sumarizados:

	2012	2011
Total dos financiamentos (Nota 11)	1.008.173	319.908
Total dos instrumentos financeiros (Nota 12 (iii))	52.604	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(174.475)	(168.091)
Dívida líquida	886.301	151.817
Total do patrimônio líquido	766.688	507.561
Total do capital	1.652.989	659.378
Índice de alavancagem financeira - %	54	23
5. Caixa e equivalentes de caixa	2012	2011